



CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 1/2014

Assunto: Acção judicial – conclusão.

Conforme previamente divulgado nas Circulares de Informação nºs 6/2013 e 7/2013, os praticantes Manuel Capucho, Maria Clara Lopes e Francisco Pereira Gonçalves interpuseram, em 27 de Dezembro de 2012, uma providência cautelar contra a FPB, com base em alegadas irregularidades ocorridas no processo de eleição dos delegados dos praticantes à Assembleia Geral da FPB, realizado em Novembro de 2012.

Através da referida acção judicial, os requerentes pediam que fosse decretada a suspensão da Assembleia Geral da FPB de 6 de Janeiro de 2013, destinada a eleger os Órgãos Sociais da FPB para o mandato 2013-2016 e, posteriormente, requereram que a providência cautelar compreendesse ainda a suspensão das deliberações tomadas pela referida Assembleia Geral da FPB e que continuassem em exercício os órgãos sociais da FPB eleitos no anterior mandato.

O julgamento desta acção judicial decorreu no passado dia 7 de Outubro, no 1º Juízo Cível de Lisboa, **tendo este Tribunal decidido julgar não procedente a providência cautelar.**

Os requerentes recorreram desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, cujos Juízes, em acórdão de 16 de Janeiro de 2014, **decidiram negar provimento ao recurso apresentado, confirmando a decisão da primeira instância, e condenar os recorrentes ao pagamento das custas do processo.**

Lisboa, 22 de Janeiro de 2014

A Direcção da FPB